

O direito à literatura entre indígenas do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET) da UNIFAP

Investigating the Right to Literature among Indigenous students in the Postgraduate Program in Literary Studies (PPGLET) at UNIFAP

Yurgel Pantoja CALDAS*

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

RESUMO: Este artigo é fruto de uma comunicação de mesmo nome apresentada no âmbito do II Seminário Literatura e Direitos Humanos, organizado pelas professoras Germana Sales e Regina Zilberman, que ocorreu no campus da UFPA, em Belém, entre os dias 6 e 8 de novembro de 2024. O objetivo deste trabalho é apresentar a relevância de projetos de investigação de mestrandos/as indígenas no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Para tanto, a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, analisamos as dissertações defendidas no referido Programa de Pós-graduação, com especial atenção aos trabalhos de indígenas que, grosso modo, põem em perspectiva teórico-metodológica o conhecimento de alguns povos indígenas do Amapá e Norte do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura indígena. Povos indígenas do Amapá. PPGLET

ABSTRACT: This article is the result of a communication presented at the II Seminar on Literature and Human Rights, organized by Professors Germana Sales and Regina Zilberman, which took place at the UFPA campus in Belem, from November 6th to 8th, 2024. The objective of this work is to present the relevance of the research projects developed by indigenous Master's students in the Postgraduate Program in Literary Studies (PPGLET) at the Federal University of Amapá (UNIFAP). To this end, utilizing a literature review and document analysis, we analyze the theses presented in the aforementioned Postgraduate Program, with special attention to the work of indigenous students whose research, largely speaking, puts the theoretical-methodological knowledge of some indigenous Peoples from Amapá and Northern Pará into perspective.

KEYWORDS: Indigenous literature. Indigenous Peoples of Amapá. PPGLET

* Professor da Universidade Federal do Amapá, atuando na Graduação (Curso de Letras) e na Pós-graduação, da qual é coordenador do Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional; pós-doutorando pela Universidade de Lisboa e Bolsista da Capes. E-mail: yurgel@uol.com.br

Introdução

Antecedentes – o estado do Amapá e a criação da Universidade Federal

O Estado do Amapá está localizado no norte do Brasil e da América do Sul, e faz fronteira com o Pará ao sul, com a Guiana Francesa (uma coletividade territorial da França e, portanto, área da Comunidade Europeia) ao norte e ainda com o Suriname a oeste. O espaço amapaense foi parte do Grão-Pará e do Pará durante todo o período colonial e parte do período republicano até o estabelecimento do Território Federal do Amapá, por força do Decreto-Lei N. 5.812 de 13 de setembro de 1943, quando o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, de Guaporé, de Ponta Porã e de Iguaçu.

Sob o discurso da segurança nacional, e dentro do contexto do final da II Guerra Mundial, ao qual o Brasil já havia se alinhado à política expansionista norte-americana no continente, Getúlio Vargas aponta o militar Janary Gentil Nunes (1912-1984) para exercer o cargo de primeiro governador do Território do Amapá, durante os anos de 1944 e 1956.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os Territórios Federais deixam essa condição administrativa para assumirem o *status* de Unidades da Federação como Estados (Porto, 2022). Com isso, uma nova realidade se impõe num lugar que sempre havia sido tomado como satélite de um espaço maior e mais bem consolidado como o Pará.

Surgem, então, as ações e políticas a serem pensadas e postas em prática no agora novo Estado do Amapá. É assim que sobretudo a partir do início da década de 1990 uma configuração jurídica e legislativa é repensada, incluindo aí as eleições diretas para o executivo (para provimento do cargo de Governador do Amapá), depois de um longo período ditatorial de cerca de 20 anos.

É nesse contexto que também surge a necessidade da criação da Universidade Federal do Amapá, que se dá no ano de 1990 com o Decreto N. 98.997, de 02 de março daquele ano, tendo sido publicado no Diário Oficial da União em 05 de março de 1990. Entretanto, os antecedentes de uma universidade no Amapá remontam à década de 1970

com a criação do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Macapá, com oferta de cursos de licenciatura de curta duração para o então Magistério.

Esse interesse crescente a partir da necessidade premente de instalar um Ensino Superior autônomo no Amapá já aparece no relatório de governo do Território Federal sob gestão de Anibal Barcellos, que faz publicar o documento *Amapá Agora* (1985, p. 7) com uma súmula de seu mandato ou, como o próprio governador diz no prefácio, “uma crônica enfocando a faixa de tempo entre abril de 1979 e dezembro de 1984”.

Assim, no capítulo intitulado “Desenvolvimento cultural”, no item “Educação”, Barcelos (1985, p. 13) relata:

Os apelos da mocidade, no sentido da implantação de cursos universitários, começaram a ser atendidos, com a criação do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, como estrutura básica para receber a futura Universidade Federal. É um processo em andamento.

De fato, ao longo de décadas, a Universidade Federal foi imaginada, gerada e concebida antes que chegássemos à Lei Federal N. 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Instituição de Ensino Superior no Amapá, até o Decreto de 1990, já citado anteriormente, que cria em definitivo a Universidade Federal do Amapá.

Já no ano seguinte (1991), a UNIFAP realizaria seu primeiro concurso de Vestibular para alguns cursos de graduação, dentre os quais o de Letras. Somente em meados dos anos 2000, surgem os primeiros programas de pós-graduação, tais como o MINTEG (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – multidisciplinar), em 2005, e o PPGBIO (Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical) e o PPGDAPP (Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas), ambos em 2006.

Atualmente, a UNIFAP possui em torno de 25 programas de pós-graduação (entre *lato* e *stricto sensu*, sendo este a maioria), além de alguns doutorados acadêmicos e em rede. O PPGLT (Programa de Pós-graduação em Letras) surge nesse contexto de expansão de programas de pós-graduação na Unifap, sobretudo no recorte da última década (2015-2025).

1 Terras Indígenas do Amapá: o protagonismo dos povos originários

Segundo o *Atlas da Amazônia Brasileira* (2025, p. 24), dentre outros documentos, os povos indígenas são os grandes guardiões do meio ambiente e os “responsáveis por retardar a destruição da floresta amazônica”. Isso ocorre em função da aplicabilidade tradicional dos saber-fazer ancestral, experiência coletiva que diversas comunidades indígenas utilizam para a manutenção do ecossistema por meio de uma ferramenta chamada Terra Preta de Índio (TPI) – processo que torna os solos antropogênicos, como os do bioma amazônico, ricos em nutrientes.

A existência desse tipo de solo antropogênico na Amazônia torna-se um sinal tanto antropológico quanto arqueológico da presença de comunidades numerosas e socialmente complexas na região, pois essa TPI pode revelar material calcificado (ossos humanos e de animais como peixes), além de indícios vegetais (palhas, sementes e cascas) e excrementos humanos (*Atlas da Amazônia Brasileira*, 2025, p. 25).

De todo modo, as Terras Indígenas compõem cerca de 14% do território brasileiro, sendo que no Amapá elas ocupam por volta 13% do território do Estado (BRASIL, 2022), sendo todas elas homologadas. Vale a pena ressaltar que no governo anterior (2018-2022) nenhuma Terra Indígena foi homologada no Brasil – fruto de uma política excludente e baseada em um profundo desrespeito às chamadas minorias e uma afronta insistente contra os Direitos Humanos.

Considerando que cerca de 32% das Terras Indígenas ainda não foram homologadas no Brasil (Ricardo [ed.], 2000), ter um estado da federação com todas as suas TI homologadas é um exemplo a ser seguido – ainda mais no contexto da COP 30, que será realizada na cidade de Belém do Pará durante o mês de novembro de 2025.

São cinco etapas para a homologação de uma Terra Indígena: 1. Identificação e delimitação da TI: ação a cargo de uma equipe técnica da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas); 2. Declaração da TI: a FUNAI envia um relatório ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que emite portaria declaratória; 3. Demarcação física da TI: a FUNAI realiza essa tarefa com a instalação de marcos físicos como afixação de placas; 4. Homologação da TI: o Ministério da Justiça e Segurança Pública encaminha o processo à Presidência da República, que então homologa a TI; 5. Registro da Secretaria Pública da União (SPU) e em conselhos de imóveis: a Terra Indígena é registrada como

Esse panorama envolve diversas comunidades que se inter-relacionam e tecem uma rede simbólica de pertencimento ao território cada vez mais ameaçado pelas experiências dramáticas das mudanças climáticas que, neste momento, atingem boa parte do Brasil e da Amazônia. Ao mesmo tempo em que diversos estados da Amazônia Legal declaram situação de emergência devido ao clima insalubre e a uma quantidade criminosa de queimadas (muitas delas promovidas por grandes empresários do setor madeireiro e da exploração agropecuária nas terras amazônicas – todos ligados a um modelo capitalista exploratório e predatório que deixa pouco ou nenhum ativo ambiental e social no espaço explorado), temos um grande evento internacional (COP-30, a ser realizado na Amazônia, mais precisamente em Belém, Pará) onde dezenas de chefes de Estado deverão debater e deliberar sobre políticas públicas mais incisivas de combate às mudanças climáticas as quais, além de atingir diversos biomas, ameaçam em cheio diversas populações, dentre as quais as deslocadas do clima – nova categoria surgida a partir da migração forçada de populações em função de causas ambientais.

As populações indígenas do Estado do Amapá – importante grupo de comunidades que ajudam na formação cultural e identitária de nossa região – também fazem parte dessas comunidades que merecem a devida atenção na perspectiva tanto ambiental quanto cultural e educacional, donde a formação das subjetividades pode gerar ganhos decisivos nos embates humanitários que se avizinham a partir das crises recentemente experimentadas, tais como vimos recentemente com a incidência da crise sanitária global da SAR-COV2 (COVID-19).

Respeitar e reconhecer a história, as formas de construção da memória e a diversidade de saberes dessas comunidades tradicionais, inclusive sua ética cosmológica, é tarefa fundamental para esta proposta. Assegurar um lugar de destaque para as comunidades indígenas do Amapá significa, portanto, reconhecer o processo histórico que fundamenta a ocupação desses povos indígenas. No Amapá, os indígenas Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur compartilham a Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque; já os Galibi-Marworno e os Karipuna estão localizados na Terra Indígena Juminã, também no Oiapoque; o mesmo município da Terra Indígena Galibi, que acolhe tanto os Galibi quanto os Karipuna. Já a Terra Indígena Wajãpi é o território dos Wajãpi, que fica localizado do município de Pedra Branca do Amapari e em parte do município de Laranjal do Jari. Além desses povos, temos os indígenas

Aparai, os Katxuyana, os Tiriyo, os Wajãpi e os Wayana, localizados na Terra Indígena Parque do Tumucumaque, entre Amapá, Pará e próximo à fronteira com o Suriname (Gallois; Grupioni, 2003, p. 11-13).

Essa disposição das diversas populações indígenas pelo território amapaense indica o valor de sua importância histórica para o desenvolvimento do estado do Amapá, mas também a necessidade de inserir seus saberes no discurso acadêmico, muitas vezes excludente e até epistemicida.

2 PPGET e a inclusão de alunos/as indígenas na pós-graduação

A história da educação no Brasil revela a exclusão de boa parte da sociedade brasileira em diversos aspectos, sobretudo na formação intelectual do sujeito. Baseada numa formação de bases francesa e norte-americana, a educação brasileira se assenta em preceitos iluministas sob os quais a ideia da Razão clássica deve prevalecer no ensino de regras, normas e conceitos para um ordenamento eurocentrado.

Nesse contexto, a experiência da colonização no Brasil criou e consolidou um estereótipo para as populações indígenas em que esses grupos não poderiam ser afeitos a determinados processos de educação por conta de suas tradições culturais que sempre foram vistas como um empecilho para o acesso à Educação como um bem comum e universal, conforme preconiza a própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Assim, tratados ontologicamente desde o início do processo colonizador como seres vazios de racionalidade – folhas em branco sobre as quais se escreveriam a racionalidade política e jurídica junto à fé cristã – os indígenas começaram a acessar o Ensino Superior nas últimas décadas. Esse é um movimento que tem ajudado na divulgação de uma lógica de pensamento que por vezes escapa à razão iluminista e revela um processo lento, porém bastante necessário, de ressignificação de algumas áreas do conhecimento, tais como as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

É assim que, por exemplo, a percepção sobre geografia sofre sutis alterações em relação ao modelo clássico desse saber, a partir de discussões oriundas de pesquisadores/as indígenas os quais propõem novas práticas e reflexões sobre o conceito de Território, que ganha contornos sagrados e ritualísticos ausentes da visão tradicional sobre o espaço na Geografia como disciplina.

Para termos noção mais precisa sobre o crescimento de estudantes indígenas no Ensino Superior do Brasil, o Censo de 2022 (INEP, 2022) aponta um aumento de 374% em matrículas de pessoas autodeclaradas indígenas nas universidades brasileiras, no período entre 2010 e 2022. Em números absolutos, tínhamos 9,8 mil alunos/as indígenas em 2010 enquanto 46,3 mil haviam registrado matrícula em 2022. Apesar desse crescimento notável, os/as alunos/as indígenas representam apenas 0,5% do total de matrículas de alunos/as no Ensino Superior, indicando a necessidade de políticas públicas inclusivas mais eficazes para a atração, a inclusão e a manutenção de indígenas nas universidades brasileiras.

Inserido no contexto das pesquisas referentes à região das Guianas,

o PPGET busca contribuir com pesquisas que fomentem os debates sobre *Linguagens na Amazônia* [área de concentração da Capes a que se vincula o Programa de Pós-Graduação] com escopo em fenômenos linguísticos, literários e socioculturais em contextos (trans)fronteiriços, levando em consideração distintas temporalidades e uma expressiva sociobiodiversidade. (Apresentação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amapá: PPGET)

Dois dos objetivos do PPGET, no âmbito dos estudos literários sobre a Região das Guianas, podem ser destacados nesse contexto. O primeiro é “discutir as particularidades linguístico-sociais, culturais e literárias atinentes à região amazônica e às Guianas” (Apresentação do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amapá: PPGET); e o segundo consiste em “consolidar parcerias e intercâmbios com entidades e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais”. Esses dois objetivos estão perfeitamente alinhados a alguns projetos de investigação de alunos/as indígenas que são selecionados no Programa.

Para além de projetos de dissertação, os/as mestrados do PPGET, inclusive os/as indígenas, realizam atividades de extensão, tais como ações em comunidades indígenas e quilombolas no Amapá, com concentração de projetos nos municípios de Macapá, Mazagão e Oiapoque. Tais atividades acadêmicas importam para a consolidação de uma agenda positiva criada no âmbito do próprio programa de pós-graduação e que fortalece a percepção de pertencimento dos/das mestrados/as em relação à Universidade e a seus cursos.

Para a efetivação do propósito do PPGET em termos de parcerias internacionais e análise de particularidades culturais, linguísticas e literárias do Amapá,

a inserção de alunos/as indígenas na pós-graduação representa um ganho significativo que certamente servirá ao debate e à ampliação do escopo do corpus analítico das linhas de pesquisa do referido programa.

Assim, por exemplo, as dissertações de alunos/as indígenas do PPGET têm contribuído sobremaneira para a ampliação da Rede de Programas de Pós-graduação da Região Norte na área de Linguística e Literatura, conferindo uma nova dinâmica nas ações de compartilhamento de informações de Universidades, centros de pesquisa e redes de pesquisadores em torno do debate sobre questões referentes à região das Guianas, mais precisamente a partir da percepção de indígenas inseridos na pós-graduação da UNIFAP, com foco no PPGET.

Antes, porém, de avançarmos com a menção de alguns trabalhos de pesquisa que redundaram em dissertações no âmbito do PPGET nesses últimos quatro anos, vale muito a pena destacar o trabalho pioneiro do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do campus Binacional da UNIFAP, presente do município de Oiapoque. Trata-se de uma ação muito importante de atração, preparação, inclusão, manutenção e formação de alunos/as indígenas da região do Oiapoque em cursos de graduação como Letras.

A Licenciatura Intercultural Indígena surge em 2007 ainda com o nome de Curso de Educação Escolar Indígena (CEEI), que foi criado a partir das demandas das comunidades indígenas pelo acesso à Educação Superior por professores/as indígenas do Oiapoque, incluindo as comunidades do Parque do Tumucumaque, como os Apalai, os Waiana, os Tyrió e os Kaxyuana, além do povo Wajãpi.

Dessa forma, a Licenciatura Intercultural Indígena ampliou a oferta de cursos de graduação de licenciatura para a formação de mais turmas de professores/as indígenas, os/as quais muitos/as deles já acessaram e continuam a acessar a pós-graduação na UNIFAP e em outras Instituições de Ensino Superior no Brasil. Parte do público indígena que ingressa no PPGET, por exemplo, é egresso da Licenciatura Intercultural Indígena, o que demonstra a importância da manutenção e do fortalecimento de cursos dessa natureza em áreas estratégicas para o atendimento às pautas indígenas pela melhoria da oferta da educação pública em seus territórios, como é o caso do município de Oiapoque.

Dada a importância dessa rede de formação intelectual para populações indígenas no Estado do Amapá, é importante destacar a relevância de cursos de pós-graduação que propõem entrada diferenciada a candidatos/as indígenas, considerando inclusive a política de cotas para esses grupos historicamente alijados de oportunidades formativas que a escolarização e, mais precisamente, o Ensino Superior oferecem.

Retomando, portanto, o conceito de Literatura como um Direito Humano (Candido, 2023), o movimento que percebemos e do qual fazemos parte como integrantes do PPGET, de atrair, criar e defender ações inclusivas no programa, que permitam a acolhida, a interação e a participação efetiva de alunos/as indígenas na pós-graduação da Amazônia e do Amapá parece estar alinhado ao devido grau de importância que o autor de *Formação da Literatura Brasileira* evoca quando promove o debate de seu texto “O direito à literatura” (Candido, 2023).

Primando pela perspectiva inclusiva, o PPGET – Programa de Pós-graduação aprovado pela Capes em 2018 – desde seu primeiro processo seletivo para composição da turma inaugural, em 2019, reservou vagas para candidatos/as indígenas de acordo com as políticas de ações afirmativas da instituição. Disso decorreu que em todos os processos seletivos tivemos a entrada de alunos/as indígenas que desenvolveram suas respectivas pesquisas com o devido rigor científico e o acompanhamento de orientações dos/das professores/as do programa, sem deixar de lado a percepção cosmológicas sobre diversos fenômenos que se tornariam objeto de investigação das dissertações.

O PPGET é um programa de pós-graduação da área de Letras e Linguística da Capes, com área de concentração definida como “Linguagens na Amazônia”. Possui ainda duas linhas de pesquisa: Diversidade Linguística na Amazônia (campo linguístico) e Literatura, Cultura e Memória (campo literário).

Com essa configuração, a partir de 2021, a primeira turma do PPGET começou e defender suas respectivas dissertações, até termos um panorama atual bastante positivo para a ampliação de alunos/as indígenas em nosso programa, sempre estimulando-os a elaborarem reflexões relevantes sobre seus objetos de investigação e promovendo o retorno dos produtos para seus territórios, o que se dá, grosso modo, através de ações pedagógicas nas escolas indígenas onde boa parte de nossos discentes atua.

A contribuição das dissertações de alunos/as indígenas no PPGET, portanto, é um ativo de nosso programa e a comprovação de que o trabalho colaborativo no âmbito do Colegiado do Programa de Pós-graduação pode indicar a melhoria de índices educacionais em áreas historicamente carentes de produtos acadêmicos. Esse foi o percurso, por exemplo, da aluna indígena Maria Sônia Aniká, que apresentou sua dissertação intitulada *O ensino de língua kheuol Karipuna na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá* (2021) – uma importante contribuição pedagógica e linguística para uma língua igualmente importante para os povos indígenas do Oiapoque.

Também temos a pesquisa de Janina dos Santos Forte (Pota – a cura pelas palavras Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur), defendida em 2021, que mostra poeticamente, mas sem abrir mão do caminho teórico-metodológico, o ritual curativo complexo de sopro entre alguns povos indígenas do Oiapoque. No ano seguinte, destaca-se a dissertação de Bruna Almeida (indígena Karipuna), com o título *Literatura indígena Karipuna – Ixtua dji fam-ielá – narrativas orais de mulheres Karipuna: uma análise sobre o lugar de fala da mulher indígena do Baixo Oiapoque*. Apropriando-se do conceito apresentado por Spivak, Bruna Almeida, que também é escritora e vencedora de alguns prêmio literários pelo Brasil, consegue articular a força coletiva e narrativa das indígenas de seu povo e vislumbrar possibilidades de inserção política para essas mulheres.

Ainda em 2022, tivemos o trabalho da indígena Jaciara Santos da Silva (*Dicionário de palavras desprezadas pelos jovens Galibi-Marworno*), que se revela uma grande contribuição para a descrição linguística para a região do Oiapoque. No ano seguinte, tivemos como destaque a dissertação de Arawaje Waiana Apalai (*Sero menu otumakatopõpyry wajana aparai tõi zono me ehthome – O surgimento do grafismo corporal entre os Wayana e os Aparai*) – trabalho fundamental para determinar as linhas narrativas que explicam as diversas formas de grafismo naquela comunidade indígena, considerando seus múltiplos contextos.

Em 2023, também tivemos a dissertação de Suellen Barbosa de Almeida (indígena Karipuna), que defendeu a dissertação *Um olhar autobiogeográfico para as vozes ancestrais da aldeia Kunanã*. Pesquisa impactante com uma metodologia que precisou sofrer algumas alterações por conta dos efeitos da COVID-19 nos povos indígenas do Oiapoque, assim como em diversas comunidades que sofrem com

carências sanitárias e material de proteção individual. Por último, mas não menos importante, citamos o resultado da pesquisa de Dilziane Labonte Orlando (indígena Palikur), que defendeu a dissertação intitulada *Panorama da situação sociolinguística dos Palikur*, em 2024 – trabalho que se destaca pela preocupação com o presente e o futuro da língua Palikur na região do Oiapoque.

Considerando essa breve exposição de alguns trabalhos de indígenas no PPGLET, a partir do pequeno recorte mencionado no parágrafo anterior, entendemos que os povos Galibi-Marworno, Galibi-Kalinã, Karipuna, Palikur-Arukwayene, Apalai, Waiana, Tyrió, Kaxuyana e Waiãpi – como produtores de um vasto conhecimento oral e escrito, mas também lembrado e relembrado, trançado e traçado, desenhado e pintado – são povos que devem dialogar diretamente com o saber intelectual e acadêmico, mas não só, produzido por seus parentes Graça Graúna, Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Davi Kopenawa, Sony Ferseck, dentre outros/as.

Considerações finais

O PPGLET – programa de pós-graduação aprovado pela Capes em 2018 e instalado em 2019 com a seleção da primeira turma de mestrandos/as – é ainda o único mestrado acadêmico no estado do Amapá. Alinhado às políticas afirmativas da UNIFAP e pioneiro nas estratégias de inclusão de alunos/as indígenas em seu quadro discente, o PPGLET tem buscado ampliar e melhorar as condições de ingresso e permanência de candidatos/as indígenas, entendendo que esse é um público importante para o qual se voltam os objetivos de um programa de pós-graduação em Letras, baseado num estado que possui todas as suas terras indígenas devidamente demarcadas e homologadas.

Nesse contexto, a análise das dissertações de alunos/as indígenas no PPGLET revela a importância da inserção de novos modelos e dispositivos reflexivos que permitam a ampliação de perspectivas para além do padrão baseado na Razão iluminista e clássica de Ciência. Assim, entendemos que as contribuições de indígenas são fundamentais para a obtenção dos objetivos e das metas propostos pelo projeto do Programa de Pós-graduação em Letras da UNIFAP.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruna. **Literatura indígena Karipuna – Ixtua dji fam – iela – narrativas orais de mulheres Karipuna: uma análise sobre o lugar de fala da mulher indígena do Baixo Oiapoque**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

ALMEIDA, Suellen Barbosa de. **Um olhar autobiogeográfico para as vozes ancestrais da aldeia Kunanã**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

ANIKÁ, Maria Sônia. **O ensino da língua Kheul Karipuna na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021.

APALAI, Arawaje Waiana. **Sero menu otumakatopöpyry wajana aparai tõi zono me ehtome – O surgimento do grafismo corporal entre os Wayana e os Aparai**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

ATLAS da Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2025.

BARCELLOS, Aníbal. **Amapá agora**. Macapá: edição do autor, 1985.

BRASIL. **IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/terras-indigenas.html (consulta em 14/04/2025)

BRASIL. **Ministério da Educação**. INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 67^a. ed. 2025

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Todavia, 2023.

FORTE, Janina dos Santos. **Pota: a cura pelas palavras Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021.

GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?**

Disponível em: [instituto iepe.org.br/2008/07/povos-indigenas-no-amapa-e-norte-do-para/](http://instituto.iepe.org.br/2008/07/povos-indigenas-no-amapa-e-norte-do-para/) (Consulta em: 01/05/2025)

MENDES, Allan Jasper Rocha. **A expansão da Educação Superior no Amapá: o público e o privado em questão (2000-2010)**. Dissertação de Mestrado, PPGMD, , Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

NASCIMENTO, Cristiane. “Amapá abriga maior percentual de áreas protegidas do país”. 18 de julho de 2023. Disponível em <https://www.amapa.gov.br/noticia/1807/amapa-abriga-maior-percebtual-de-areas-protegidas-do-pais> (Consulta em 23/05/2025)

ORLANDO, Dilziane Labonte. **Panorama da situação sociolinguística dos Palikur**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

PORTO, Jadson L. Rebelo. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formulações e (re)configurações espaciais. **CONFINS** (Paris), p. 30-45, 2022

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

SILVA, Jaciara Santos da. **Dicionário de palavras desprezadas pelos jovens Galibi-Marworno**. Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.